



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

## AXÉTETURA, ESPAÇOS DO SAGRADO À MARGEM PERSPECTIVA DECOLONIAL DE ESTUDO DE CASO AUTOBIOGEOGRÁFICO

*HARIEL CHRYSTINNE OLIVEIRA REVIGNET<sup>1</sup>*

**Resumo:** Axétetura, espaços do sagrado à margem é uma pesquisa teórica desenvolvido por uma perspectiva autobiogeográfica com a teoria- metodologia com diálogo com estudos decoloniais. Em seu aspecto teórico propõe um deslocamento que permite visualizar a graduação em arquitetura e urbanismo a partir de um olhar decolonial que perpassa e entrelaça o social, o simbólico, o histórico, com recortes de raça e gênero.

**Palavras-chave:** Arquitetura, Autobiogeografia, Interseccionalidade Decolonialidade, Axétetura.

### INTRODUÇÃO

Axétetura espaços sagrados à margem é uma pesquisa teórica e artística. Trata-se de um trabalho desenvolvido por uma perspectiva autobiogeográfica com a teoria- metodologia com diálogo com estudos decoloniais. Em seu aspecto teórico propõe um deslocamento que permite visualizar o estudo da arquitetura e urbanismo a partir de um olhar decolonial que perpassa e entrelaça o social, o simbólico, o histórico, com recortes de raça e gênero. Tal deslocamento me levou à criação do termo Axétetura, que enquanto conceito e prática determinam meu estudo de caso.

A pesquisa teórica tem foco em aprofundar nas construções de hierarquias, dominância e de poder a partir do colonialismo e como isso se reflete na graduação, nas noções de ciência, cultura, patrimônio e na cidade. Identifico primeiro alguns aspectos da Colonialidade de poder (QUIJANO, 2005), e como isso gera o epistemicídio acadêmico (CARNEIRO, 2005) para falar da criação de espaço e subjetividade afro-diaspórica e das relações indígenas a partir do lugar do terreiro.

### AUTOBIOGEOGRÁFIA COMO PRÁTICA DE ESCRITA DECOLONIAL

---

<sup>1</sup>Pós- graduanda do Programa de Pós Graduação da UFBA, em Urbanismo. hcorevi@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Neste artigo utilizo da metodologia de escrita da pesquisa autobiogeográfica, antes de explicar o conceito, pontuo que escrevo em primeira pessoa para condicionar uma reflexão sobre narrativas universais e “neutras” dentro das ciências hegemônicas. Neste estudo em arquitetura e urbanismo que é reconhecida como ciências humanas aplicada além da questão construtiva é primordial uma análise teórica crítica sobre a cidade e sociedade que vivemos, então propondo um momento de análise não apenas em aspectos de tectônica ou espaços materializados, mas sim dos espaços imateriais de identidade cultural, e do discurso político e social que está implícito na graduação em arquitetura e urbanismo.

Assim esta pesquisa não possui a intenção de ser uma explicação histórica, ou ser um estudo de arquitetura religiosa, não possuindo o intuito de criar alguma ideia de “universalização”. É a partir do meu lugar de fala, do meu espaço, da minha realidade, das minhas vivências que surge o objeto de estudo.

Segundo Manoela Afonso Rodrigues (2017) as relações coloniais também podem ser observadas pelo (auto) reconhecimento e (auto)posicionamento crítico como proposta de metodologia de criação de lugares de enunciação por meio de práticas individuais e/ou coletivas que permitem uma prática decolonial.

Nesse processo, ao se tornar consciente de suas próprias singularidades auto- bio-geo- gráficas, o sujeito da experiência, da desaprendizagem e da criação transforma não apenas o conteúdo, mas também as condições nas quais se dão as conversas epistemológicas das quais decide participar. Reformula, assim, e constantemente, seus próprios lugares de enunciação e, conseqüentemente transforma suas realidades e identidades ao transformar a percepção que tem de si e de suas diversas posições no mundo. (RODRIGUES, 2017, pág. 3154)

É da minha condição específica de minoria dentro do curso que uma relação com a pesquisa científica surge, e busco formas de conhecimento e produção de saberes que



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

não são as hegemônicas dentro dos estudos de Arquitetura e Urbanismo. Essa proposta de metodologia de pesquisa propõe com isso um estudo crítico de interseccionalidade do aspecto social, político e subjetivo como ferramenta de reconhecimento de diferentes narrativas de pertencimento e identidade que permeiam a percepção dos espaços construídos e dos espaços da cidade. O estudo e análise de um espaço mesmo dentro do rigor teórico e técnico da arquitetura e urbanismo pode ser feito a partir de uma perspectiva decolonial quando se acionam fatores que não sejam do panorama “universal” pré estipulado por valores coloniais. Parto do princípio que é possível pensar a cidade e o curso de arquitetura e urbanismo com deslocamentos de conceitos básicos para diferentes pontos de vista.

Busco então provocar deslocamento dos lugares de hegemonia presentes no curso de graduação em arquitetura e urbanismo, não necessariamente focando no valor do projeto arquitetônico e da edificação, mas o seu valor social e sua relação com a cidade. Nessa pesquisa não estou interessada em analisar aspectos de qualidade estética, mas o de escassez, tanto de materiais quanto de técnica construtiva consideradas oficiais. Fundamento a pesquisa não a partir de análises de algum grande teórico da arquitetura, ou de uma escola, mas da minha vivência e do estudo de um espaço que eu conheço.

Para a elaboração de um pensamento decolonial como proposta de análise de um espaço através da minha vivência e experiência foi necessário identificar as configurações sociais, políticas, históricas que perpassam meu corpo e que configura meu ponto de vista como “não universal”, ou seja, “não hegemônico”. Para esse auto reconhecimento foi utilizado o conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1989) e Patricia Collins (1990), ambas mulheres, negras, feministas e norte-americanas. Crenshaw e Collins introduzem conceitos sobre intersecção entre dois ou mais eixos da subordinação, exclusão, marginalização que pelos “sistemas discriminatórios que criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, pág. 177) Assim a interseccionalidade aborda as constantes desigualdades na qual uma mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições de opressão a depender de suas características e circunstâncias.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Quando proponho utilizar abordagens teóricas, artísticas e metodológicas que me identifiquem como possível narradora nesta pesquisa baseio-me na noção de que sou um ser social, político, relacional e que minha realidade de interseccionalidade: mulher, negra, feminista, dupla-nacionalidade, pobre e umbandista me coloca numa posição onde possibilita que uma prática autobiogeográfica seja uma pesquisa de viés decolonial. Onde compreendendo nossa realidade globalizada de desigualdades e opressões como uma condição de uma estrutura pós-colonial, nesse contexto só é possível romper com as estruturas, as práticas e as vivências com consciência decolonial. “Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável.”(RIBEIRO, 2016, pág.101) .

Djamila Ribeiro (2017) mulher, negra, feminista, brasileira faz um estudo teórico onde de maneira didática demonstra “quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são” (RIBEIRO,2017,pág.25) que é essencial para entender o porquê da minha escolha de Autobiogeografia pois me coloco como contraponto da imposição epistêmica universal que deslegitima os diversos saberes e a escrita de si. Propõe pensar um lugar de fala, onde não é somente o que é enunciado é observado, mas a localização de quem enuncia como ponto essencial. Entendendo assim que todos possuem um lugar de fala, todos são condicionados por aspectos sociais, históricos, políticos, religiosos, biológicos, subjetivos indissociáveis e que o reconhecimento de onde estamos na pirâmide social é essencial para entender as relações dentro da sociedade. Ou seja, o lugar é uma análise a partir das relações de poder dentro das estruturas do sistema que vivemos que possuem nitidamente marcadores sociais de raça, gênero, classe, geração e sexualidade como elementos de múltiplas configurações, mas que resultam inegavelmente em desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados e grupos hegemônicos a nível global. Spicak (1942) intelectual e teórica feminista indiana, faz o questionamento “Pode o Subalterno falar?”



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Pensando lugar de fala não apenas como localização social em uma estrutura de poder mas agora como um local que parte do espaço para começar a se articular esse raciocínio em um conceito decolonial para estudo de arquitetura e urbanismo.

## **COLONIALIDADE DE PODER E EPISTEMICIDIO**

Ao entrar no curso de Arquitetura e Urbanismo, que se enquadra nas áreas de ciências humanas aplicada, se reconhece um lugar de ciência, produção e disseminação do conhecimento, mas predominantemente do conhecimento racialmente hierarquizado. As bases teóricas das grades curriculares do núcleo obrigatório são da cultura e história ocidental, precisamente eurocêntrica. A mentalidade colonial não foi superada nesse aspecto, qualquer estudo não ocidental não é suficientemente científico para adentrar nas bibliografias das matérias. Essa ação automática da academia de determinar que as bases do conhecimento são a partir da Europa, e que por isso devemos estudar seus aspectos clássicos, modernos, contemporâneos etc. é um dos processos estruturais de epistemicídio.

Sueli Carneiro (2005) mulher negra brasileira em sua tese usa o termo epistemicídio para falar do lugar central que a educação ocupa para a reprodução e manutenção das hierarquias de poder, de saberes, de subjetividades que são raciais e como isso gera o extermínio, invisibilização e silenciamento da população negra, da sua produção de conhecimento tanto atuais como ancestrais.

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia, foi também um epistemicídio. Eliminaram-se povos estranhos porque também tinham formas de conhecimento estranhas. E eliminaram-se formas de conhecimento estranhas porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Adequada aos dias correntes, essa ideia permite pensar a incapacidade de diversos grupos sociais conviverem com a diversidade, criando mecanismos desiguais de reprodução social. No caso dos negros, o epistemicídio atua como um conjunto de práticas educacionais desfavorecedoras e constrangimentos sociais quotidianos, visando obstar a trajetória do sujeito negro como



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

sujeito de conhecimento. Impossibilitando esse papel, trava-se um processo social de emancipação do sujeito e de seu grupo.(SANTOS, 1995, p. 328 apud CARNEIRO, 2005)

O extermínio de uma população pode ser mais do que ações físicas de violência, também passa pela destruição de sua identidade, a partir da desvalorização ou inviabilização da sua produção intelectual, filosófica, social e espiritual. Com esse conceito compreendo que existe epistemicídio na graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFG e que isso é reflexo da ideologia de colonialidade de poder (QUIJANO,2005).

Este é um conceito que será empregado para basear as análises das minhas experiências na graduação. O projeto colonial elaborado e enunciado pelos europeus, que se identificarem como raça-superior, dentro do sistema de capitalismo mundial, criaram maneiras ditas científicas discursos para justificar, legitimar e disseminar sua dominação nas colônias visando controlar e subalternizar os colonizados.

Aníbal Quijano (2005) definiu Colonialidade de poder como a ideologia colonial é essencialmente moderna, racial, capitalista e eurocêntrica. Moderna porque apenas diante do processo de colonização estabelecido pelo surgimento do capitalismo mercantilista, que surgem aspectos de dicotomias violentas entre colonizador e colonizado. Uma dessas dicotomias é geração de uma noção histórica baseada no colonizador, que gera a hierarquia entre o “moderno” (avançado) e da “antiguidade” (atrasado). Ao se tornar colonizador o europeu se determina como o propulsor do progresso civilizatório que é necessariamente econômico, mercantilista, monetário e define-se como o detentor da racionalidade justamente por se colocar em oposição ao “outro”, ao colonizado.

Assim a criação de um pensamento de “modernidade” gera a capacidade e a justificativa para a exploração dos territórios, gerando a partir disso paradigmas ideológicos, históricos, sociais e subjetivos em relação à modernidade. Com isso um dos discursos legitimadores das práticas dos colonizadores, era que eles traziam o avanço civilizatório



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

às colônias. E esse discurso é sistematicamente construído. Tendo o colonizador o poder de fogo de dominação e o poder econômico de imposição, a verdade do colonizador se tornou a História oficial e disseminada dentro do novo sistema global mercantilista de exploração das colônias que se formava.

Racial porque nos territórios explorados, as condições de existência eram determinadas pela dicotomia colonizador e colonizados. A raça dentro do sistema colonial determinou o tipo de serviço, o tipo de salário, o tipo de condição social de indivíduos e por isso o lugar determinado das comunidades dentro do sistema capitalista mundial e isso configura sua formação moderna e a base inicial da sua estrutura, que podemos perceber até os dias de hoje.

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. [...] A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO,2005, pag. 117-118)

A colonialidade de poder é uma imposição de dominação capitalista porque é no sistema colonial que a relação de raça-trabalho é essencial a estrutura o capitalismo mundial. Apenas o colonizador detém o poder do capital não apenas por explorar o território, extraindo ouro e prata e matéria prima para a Europa. Também é estabelecida a hierarquia de poder , quando nas colônias o trabalho e a mão-de-obra do colonizador é recompensado, assalariado e remunerado, enquanto a mão-de-obra dos colonizados é unicamente escravizada e servil, sem direito à liberdade, propriedades ou bens de valor.

Após essa explicação da Colonialidade de poder, e suas implicações moderna/racial/ capitalista/ eurocêntrica e que isso determina uma estrutura fixa nos territórios





SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

colonizados pode-se entender e continuar as observações que faço sobre uma graduação convencional em Arquitetura e Urbanismo.

A colonialidade do poder na graduação é percebida e sentida quando se manifesta as mesmas hierarquias raciais, de gênero e de classe estipuladas pelo projeto colonial, e que são mantidas e reorganizadas mesmo no discurso contemporâneo que se reconhece plural e diverso.

Fazendo essa leitura da graduação, reconheço a gama de assuntos que a arquitetura abarca, e que existem diversas vertentes de pesquisa e produção do saber arquitetônico. No entanto as bases e os valores atribuídos à teoria e projeto são referenciais hegemônicos, com bibliografia ocidental eurocêntrica. De maneira consciente ou inconsciente permanecendo operando na lógica colonial da América Latina, que reconhece as diferenças, mas que escolhe manter a hierarquia de subalternização, onde o conhecimento eurocentrado é o hegemônico.

Por isso o que é estudado, aprofundado, copiado, repetido, ressignificado, teorizado, analisado e difundido é o conhecimento eurocêntrico, com início e foco na Europa. E os outros conhecimentos e modelos de arquitetura e organização espacial de comunidades não-brancas são apenas apontados, como existentes, mas não qualificadas para aprofundamento teórico ou prático.

Identifico nisso a criação de relações de epistemicídio, de colonialidade de poder sobre as práticas e saberes, o habitar, existir e viver entre o colonizador e o colonizado. Pois as ideologias, movimentos, escolas de arquitetura do qual se baseia majoritariamente nossa grade curricular tem como foco o eurocentrismo para se pensar e construir espaços em territórios que foram colonizados. Dentro da graduação no aspecto teórico e estético começamos estudando como princípios de arquitetura a partir da cultura Grego-Romana. Deste modo, as ideias filosóficas-conceituais são reconhecidas através das formulações teóricas do modelo de conhecimento e linguagem, estilo de vida que foi considerado como o berço da civilização Ocidental. Estudamos os aspectos construídos e sociais das polis gregas, reconhecendo a divisão dos espaços públicos, dos espaços





SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

de poder, espaços de culto aos deuses, adentramos nas relações de organização do espaço aos significados temporais chegando a desenhar as colunas Dóricas, Jônicas e Coríntias. Chegamos a fazer maquetes em escala 1:100 de um templo grego fazendo um estudo aprofundado do projeto arquitetônico.

Isso é justificado pelo aspecto histórico e patrimonial da Arquitetura, que reconhece o modelo grego-romano como o clássico, ou seja, a base da Arquitetura que conhecemos e a origem dos estudos dos quais nos baseamos seja direta ou indiretamente. Com o recorte do clássico sendo um modelo de civilização eurocêntrica, ou seja do colonizador e não dos colonizados, toda a formulação ideológica posterior que focamos parte dos movimentos iniciados na Europa. Na parte teórica- estética perpassamos a arquitetura medieval, românica, gótica, barroca, neoclássica, moderna e seus desdobramentos.

Tudo isso é estudado de maneira a constituir um acervo teórico e formal de “boa arquitetura” dentro da formação do estudante, que precisa saber reconhecer os modelos e escolas de arquitetura nas construções existentes. Porém, só somos capazes de reconhecer, identificar e qualificar modelos europeus, qualquer construção não-ocidental é exótica, sendo suas práticas construtivas, relação forma-espço-teoria sendo observadas a partir do olhar do modelo e concepções coloniais e eurocêntricas sobre o “outro”.

Durante a graduação sabemos que existem outros modelos e movimentos que acontecem em outros lugares do planeta, mas não sabemos reconhecê-los sem enquadrá-los, compará-los ou qualificá-los a partir da estética- conceito- técnicas das escolas europeias. Assim essa definição do modelo clássico, perpassa o reconhecimento da origem do conhecimento científico como sendo eurocêntrica ao desconsiderar a formulação teórica e as construções arquitetônicas das civilizações antigas do mesmo período, com a mesma relevância patrimonial, que possuem igualmente aspectos filosóficos-teóricos-matemáticos-astrológicos em relação à construção de espaços e organização espacial dos grupos sociais.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Mas não estudamos ou aprofundamos em nenhum outro tipo de construção, cosmopercepção de outras civilizações do período antigo pulando no tempo-espço para outros aspectos da história e arquitetura eurocêntrica, negando o protagonismo de qualquer cultura não-ocidental como sendo possíveis formadores de conhecimento científico e crítico sobre construções e comunidades.

Nos momentos de estudos teóricos sobre a produção arquitetônica de outras culturas que demarco o quanto a colonialidade de poder e epistemicídio na graduação tem raízes profundas. Porque mesmo ao falar de culturas diversas, que são antigas e atuais, colocamos uma noção estacionária do desenvolvimento dessas culturas, tudo que não é europeu só pode ser estudado no recorte de tempo do antigo, do passado, do “primitivo” pois foi o europeu que trouxe o moderno, o desenvolvimento, as tecnologias.

Essa abordagem é problemática porque nega-se a existência de culturas afro-indígenas que produzem conhecimento contemporâneo, e estão alavancando debates atuais que relacionam patrimônio, construção, modelos de vida e ocupação de territórios tanto na área rural quanto no urbano. Mas não é estimulada a leitura e pesquisa de intelectuais afro-ameríndios. Não temos como bases bibliográficas, teóricas ou práticas, autores que não se enquadrem no padrão hegemônico, eurocêntrico e branco. Mesmo quando falamos muito brevemente de arquitetura indígena brasileira usamos autores europeus hegemônicos. O não reconhecimento da produção de pesquisadores, cientistas, intelectuais que não sejam nesse padrão é excludente. Assim dentro da graduação a nossa concepção histórica da Arquitetura e Urbanismo na América latina seja com um recorte racial hegemônico, em que a validação científica e estética é dada ao que se baseia no modelo da elite europeia. Isso acontece em relação aos produtores do conhecimento e do que é produzido.

Dentro da arquitetura percebo essa postura com a nomenclatura comum do erudito e popular, sendo o erudito tudo que é produzido a partir por arquitetos que seguem escolas e movimentos europeus e o popular tudo que seja diferente disso. Apenas com o



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

interesse específico de discentes e docentes o que é popular ou não-branco é abordado e estudado, mas não é exigido conhecimento ou análise crítica sobre isso.

Desta forma, a formação teórica em relação à história da arquitetura, história da arte e assim a formação de um padrão estético em arquitetura na graduação acaba não reconhecendo como igualmente relevantes a produção cultural, arquitetônica e artística de outras sociedades afro-asiáticas- indígenas.

Esse é um dos aspectos do epistemicídio na graduação na parte teórica, que pode parecer irrelevante quando o foco do curso é a produção do projeto arquitetônico. No entanto essa base teórica eurocentrada que vai justificar e manifestar todas concepções de projeto durante as matérias do curso. Quando chegamos ao estudo e produção de arquitetura contemporânea na graduação senti muito que o foco nas formas, a questão da originalidade, tecnologia e espetacularização como aspectos de diretrizes. Na parte teórica contemporânea, propõe-se algumas desconstruções das bases hegemônicas da arquitetura, essas análises são possíveis a partir da mudança de paradigmas e dos discursos unilaterais. Isso engloba abordagens plurais, reconhecimento das diferenças, patrimônios imateriais e relações sociais as questões de análise críticas são enquadradas como estudos específicos da parte do urbanismo.

Porém compreendo que a dinâmica de colonialidade de poder permanece dentro do estudo de arquitetura contemporânea quando a base da produção teórica realizada nos meios da academia e disseminadas como forma de saber, olhar, perceber, construir o mundo que vivemos são ainda postuladas a partir de modelos hegemônicos .As abordagens críticas que são propostas pela contemporaneidade, dentro da graduação podem se tornar fragmentadas quando não se observa a estrutura da colonialidade de poder.

Podemos compreender como a essência da colonialidade de poder é estruturante nos territórios que foram colonizados mesmo após os movimentos de Independência e perdura até a contemporaneidade com Fannon (1961). Quando surgiram os movimentos



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

de independência das colônias em relação aos domínios dos países europeus. A dinâmica de produção e importação/exportação de mercadorias, objetos e seres que garantia o poder central na Europa criou tensões ideológicas e econômicas nas colônias.

Por isso em períodos do tempo-espaço e motivações particulares de cada território colonizado, as sociedades organizadas passaram por processos anti-imperialistas buscando a independência em relação à Europa. Nos territórios colonizados após a independência ocorre uma série de rupturas violentas, civis e militares, acordos burocráticos, formação de novos nomes e se cria o paradigma da criação da nova identidade pós-colonial, baseada nesse sonho de liberdade e independência da colônia.

As construções das identidades e dos sujeitos dentro do projeto colonial é hierarquizada e racial e nos territórios pós-coloniais, não há revolução neste sentido. Porém a separação do poder da colônia da Europa não significou uma destruição da estrutura do poder do branco em relação ao não-branco.

Se simbolicamente a colônia se separou da Europa, essencialmente essa separação não acontece. Tanto economicamente, quanto politicamente, intelectual e socialmente o sistema mercantilista, os valores, os modelos das cidades e estrutura das sociedades pós-coloniais continuaram sendo baseados no eurocentrismo. Permaneceu no ideal histórico, científico e social o ápice da civilização como o modelo branco e europeu. E por isso as estruturas do estado moderno, capitalista, deveria ser mantido, não desvinculando suas relações hierárquicas de raça-trabalho. Para colocar a população nativa no lugar de subalternidade dentro desse movimento de “superação” do modelo colonial foi se utilizado mecanismos de valores morais, éticos, religiosos e científicos ocidentais.

Em seu monólogo narcisista, a burguesia colonialista por intermédio dos seus universitários, havia de fato inculcado profundamente: no espírito do colonizado que as essências permanecem eternas a despeito de todos os erros atribuíveis aos homens. As essências ocidentais, bem entendido. O colonizado aceitava o fundamento dessas ideias, e era possível descobrir, numa dobra de seu cérebro, uma sentinela vigilante encarregada de defender o alicerce greco-latino.(FANON,1961,pág.35)



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Na permanência do pensamento europeu nas práticas intelectuais e posturas mesmo durante de revoluções civis pela independência se deu principalmente pelo efeito das elites intelectuais dos movimentos de independência, que bebiam na fonte da liberdade segundo as concepções dos valores modernos e que visavam chegar ao progresso capitalista ao bem-estar das civilizações europeias .

O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos. Convém que não nos esqueçamos disto. O antigo país dominado transforma-se em país economicamente dependente. (FANON,1961, pág.77-78)

A civilização europeia se manteve em hegemonia pela violenta e desumana colonização de outros territórios, os seus padrões de imposição cultural são o genocídio e epistemicídio de outras civilizações e culturas. Os descendentes europeus nas colônias, munidos dos privilégios sociais, econômicos e políticos, mantiveram as estruturas modernas, racistas e capitalistas mesmo no processo pós-colonial e se inseriram como Republicas Independentes no Capitalismo Global mesmo sendo países economicamente, tecnologicamente, intelectualmente dependentes das produções dos antigos colonizadores europeus. Entender este processo histórico é um dos caminhos para se pontuar o uso do conceito de decolonialidade nesta pesquisa. A proposta decolonial é uma mudança de paradigma, propondo sair da enunciação de lugares e pessoas hegemônica. MIGNOLO (2015) que afirma que “ um dos objetivos da descolonialidade é transformar os termos da conversa e não só seu conteúdo”. Foi para isso que os ideias coloniais e pós-coloniais foram expostos primeiros, para se entender quais os termos e conteúdos impostos nas conversas, enunciações epistêmicas a partir do colonial/ moderno/ capitalista e o que significa mudar isso.

A descolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes; trata-se antes de outra opção. Apresentando-se como uma opção, o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

relatividade etc.). Não é que as epistemes e os paradigmas estejam alheios ao pensamento decolonial. Não poderiam sê-lo; mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica. (MIGNOLO, 2014, pg.15)

Para haver tal mudança, o decolonial propõe primeiramente ter consciência da ficção da universalização e com isso propõe que a legitimidade epistêmica que reconhecemos se desvincule das narrativas eurocêntricas sejam elas teorias-filosofias-políticas-subjetivas. A formação de um pensamento decolonial precisa ser localizada fora das centralidades de poder, dos lugares hegemônicos, em todas as instâncias. É um processo de tomar consciência das condições opressivas do conhecimento e reconhecimento do mundo material e imaterial, coletivo e individual, que foram impostas pelo sistema colonial e que apenas porque foram impostas e assimiladas por séculos se tornaram verdade, mais real ,mais racional e científica.

Ao propor sair desse lugar colonizado tanto territorial quanto indiretamente, o decolonial se coloca na fronteira, um entre lugar de prática/pensamento/sentimento de liberdade epistêmica. A liberdade epistêmica então se constitui em não precisar dos paradigmas hegemônicos para se teorizar-se pensar-se produzir não é mais necessário o que é orientado na Europa para determinar o pensamento ou o que fazer social e individualmente. E por isso existe uma premissa base da ideologia decolonial, o lugar. Pois ao determinar lugar como posição de enunciação o pensamento decolonial destitui a estrutura da universalização, que não se situa e se diz neutra para ocultar sua origem estruturalmente racial, social e hierárquica.

Todavia, é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico. (COSTA e GROSGOUEL, 2009, pág.19)



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Academicamente isso pode ser uma postura complexa pois a estrutura científica é uma estrutura rígida que aceita o conhecimento a partir de modelos, normas, padrões, conceitos, e sua origem como neutras e tem resistência a aceitar posturas políticas que denotam que a ciência produzida é antes de tudo reflexo de uma imposição colonial do saber, mexer nisso seria mexer nas próprias estruturas da verdade científica. Mas ao mesmo tempo diz que o decolonial não é para se limitar ao acadêmico, e sim se tornar uma prática constante em todos os aspectos da vida dos que optam por descolonizar-se.

## **DESLOCAMENTO E O DECOLONIAL**

Essa pesquisa possui um caráter autobiogeográfico porque adveio de questionamentos pessoais da minha vivência dentro da graduação, como por que não me encaixava no curso? Por que não me via representada ou pertencendo ao mundo da arquitetura? E ao mesmo tempo quando falam de problemas urbanos são realidades que eu vivo no meu cotidiano, que grande parte da população como eu vive, mas no meio acadêmico sou parte de uma minoria? Mas ao tentar responder essas perguntas percebi que a problemática é complexa e que podemos identificar como estrutural.

Com a perspectiva decolonial respondo esses questionamentos. Existem corpos, gêneros, comunidades e suas culturas que foram colocadas à margem, tanto em direitos de cidadania, como na vivência dos espaços, como no seu reconhecimento na produção do conhecimento na história oficial. Isso não é ao acaso ou naturalmente foi um projeto da colonialidade de poder.

Eu não me sinto representada epistemicamente no curso de arquitetura e faço parte da minoria de corpos femininos negros presentes porque isso é reflexo das desigualdades interseccionais de raça, gênero e classe de um sistema social estruturalmente branco, masculino e capitalista.





SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

O curso de arquitetura e urbanismo é um curso majoritariamente elitista e branco, e pensando historicamente a trajetória das mulheres negras como um lugar social, a maior parte das mulheres negras estiveram condicionadas à escravização, mão-de-obra doméstica e servil, sub-trabalhos mal remunerados, e com isso com pouca capacidade social de mobilidade econômica, assim a presença de mulheres negras brasileiras ocupando espaços no ensino superior é uma realidade relativamente recente.

Essa marginalização histórica e social das diferenças, fez com que grande parte das populações negras e indígenas fossem condicionadas à níveis de pobreza que se materializou nos meios urbanos das grandes cidades e nas áreas rurais do Brasil.

Podemos perceber que as configurações de desigualdades estão zoneadas nos espaços das periferias ou centros decadentes e que esses espaços podem ser reconhecidos racial e etnicamente como sendo os sobreviventes de um processo histórico de colonização, concentração de renda e criação de sub-cidadanias.

Não é ao acaso ou coincidência que o acesso à habitação, à educação, à saúde, à infraestrutura urbana, saneamento básico, a cultura, lazer, à proteção do Estado, a direito de culto religioso, a representação em espaços de poder e governança tenham raça, gênero e classe na configuração do mundo globalizado. As hierarquias de poder entre ricos e pobres, países desenvolvidos e em “desenvolvimento”, zonas nobres e periferias, cidades e favelas, também se configuram em hierarquias de conhecimento dentro dos núcleos de saberes intelectuais onde alguns discursos são legitimados, reconhecidos e reproduzidos com teor científico onde não é questionado os discursos políticos e sociais por trás de quem e pra quem se produz a ciência.

No Brasil por muito tempo apenas uma classe social era capaz de falar sobre a cidade e propor sua construção, os discursos, escolas e modelos a serem seguidos vinham do exterior e eram copiados com alterações estilísticas e ambientais, mas com suas ideologias intactas. É assim que na construção das cidades brasileiras e até do que foi considerado digno de se tornar patrimônio, e assim o que deve ser estudado e



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

preservado, se relacionam mais com reproduções de estilos eurocêntricos do que com as produções originalmente afro-ameríndias.

Na contemporaneidade outras demandas aparecem e outras posturas em relação à cidade e a habitação e ao patrimônio são tomadas se buscando reconhecimento das multiculturalidades.

Porém durante a graduação em matérias de teoria e projeto, as problematizações feitas durante as aulas foram estudadas de forma secundária, e quando apontadas por alunas foram banalizadas por virem de “militantes”, que atualmente são enquadrados como discursos “esquerdistas” “politicamente correto” ou o retórico “mimimi”. Nessa desqualificação do discurso por viés ideológico, o que permanece se repercutindo é a estrutura da colonialidade de poder.

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. (CARNEIRO,2005,pag,60)

## **EM VEZ DE ARCHÉ PODERIA SER AXÉ**

Axétetura é uma criação poética autobiogeográfica. Que nasce quando procuro sair da ideia do clássico, enquanto origem localizada na Europa e me localizar a partir da filosofia, cosmovisão, cultura Africana e Afro-diáspora.

O conceito pré-socrático de Arché, advém das filosofias de cosmovisão do mundo Grego-Romano. O termo é um conceito metafísico que definia um divino neutro imparcial: enquanto energia fundamental da criação do mundo material, mas também pode ser compreendida como o princípio que pode ser intangível e indemonstrável, mas que provê as condições que possibilitam a existência das coisas no mundo físico.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Os primeiros filósofos, chamados pré-socráticos buscam a arché, o princípio absoluto (primeiro e último) de tudo o que existe. A arché é o que vem e está antes de tudo, no começo e no fim de tudo, o fundamento, o fundo imortal e imutável, incorruptível de todas as coisas, que as faz surgir e as governa. É a origem, mas não como algo que ficou no passado e sim como aquilo que, aqui e agora, dá origem a tudo, perene e permanentemente.(CHAUÍ, 2000, pág.47)

Ao longo do tempo os filósofos gregos buscaram definir a materialidade desse conceito primordial. Da água , fogo , ar, à terra, ou as reações químicas entre esses elementos foram sendo observadas como essenciais à geração do mundo material ou physis. Assim o termo 'Arché' é traduzido como uma definição de origem na cosmovisão ocidental.

Porém existem outros conceitos e definições, que advém das visões filosóficas e metafísicas da criação do mundo material e imaterial nas culturas africanas e indígenas. Enquanto país que possui origens afro-diaspóricas o termo 'Axé' é reconhecido pela população geral no Brasil, e é utilizado frequentemente enquanto energia primordial dos Orixás. Essa definição é reconhecida porque a língua Iorubá permaneceu no Brasil principalmente pelo uso nos cultos de matriz-africana.

No entanto o termo 'Axé' faz parte de um conceito filosófico da cultura Iorubá pré-colonial, e não aborda somente o aspecto religioso. Dentro da perspectiva de várias culturas originárias, tanto na África como nas Américas, não existe uma separação distinta de arte, vida social, valores morais e valores religiosos, de maneira dinâmica e complexa tudo que se vive, e se é, é o que se acredita e se faz. Não existem fragmentações entre o divino e o físico, pois o paraíso não foi perdido. Assim todas as manifestações sociais como plantar, produzir, criar, dançar, casamentos, nascimentos, ou mortes, possuem ritos tradicionais que geralmente contêm níveis de sagrado pois se comunicam com as faces da existência, tanto quanto o trabalho cotidiano, individual ou em grupo, a produção de utensílios domésticos, a caça e a alimentação.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Os estudos em antropologia, filosofia e estudos de ciências humanas contemporânea vem demonstrando como nossas percepções históricas, culturais, ocidentais sobre todas as culturas originárias, sejam africanas, ameríndias, asiáticas, perpassa pelo equívoco básico de suposição dos mesmos valores sociais sob outra cultura.

Em “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: perspectivas sobre os Estudos Africanos”, Paulin J. Hountondji (2009) filósofo, político e acadêmico beninense aponta nitidamente como o conhecimento é controlado por bases coloniais de ciência.

Onde o início do pensamento filosófico só pode ser atribuído à Europa, e com isso todo discurso é enunciado por aspectos eurocêntricos. Desta forma que por “história africana entende-se normalmente o discurso histórico sobre África, e não necessariamente um discurso histórico proveniente ou produzido por africanos.” (HOUNTONDJI, 2009, pág.151). Além disso, o autor afirma:

Ao longo do meu próprio percurso intelectual, fui sensibilizado para este problema e comecei a percepcioná-lo como problema ao ler livros sobre “filosofia africana” ou sistemas de pensamento africanos. Normalmente, os autores partiam do princípio de que os africanos não tinham consciência da sua própria filosofia e que apenas os analistas ocidentais, que os observavam a partir do exterior, poderiam traçar um quadro sistemático da sua sabedoria. (HOUNTONDJI, 2009, pág.121)

De maneira estrutural a imposição de um modelo eurocêntrico como forma de produção de conhecimento ou de reconhecimento da produção de saberes de outros povos determina como este saber é apropriado ou rechaçado. Apenas pelo crivo do olhar ocidental, o que é produzido por culturas não-brancas é considerado “filosofia” ou produção do conhecimento metafísico.

No entanto, toda cultura produz séries de conhecimentos, empíricos, metafísicos, sociais que são formulados em palavras, artes, religiosidades, cultura de maneira complexa, que não possuem correlação com a visão “universal” eurocêntrica. Em seus estudos , a



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

filósofa Oyèrónké Oyéwúmí (2004), mostra como os parâmetros considerados 'universais' pelo mundo ocidental, são impossíveis de serem observados nas relações estruturadas na África pré-colonial. Em seus estudos principalmente com os povos loubás, ela demonstra como a estrutura social, linguísticas, relações sociais individuais e coletivas não poderiam ser observadas pelo viés unilateral de um ocidente patriarcal, judaico-cristão e branco.

Basicamente nenhuma relação com o espaço, com o tempo, com a família, com hierarquias sociais, com gênero, casamento, posses, poder ou religiosidade tem qualquer parâmetro comparável com o que foi estipulado pelo ocidente enquanto padrão. Seu estudo demarca como a noção de gênero e poder se constitui como alienígena na África, e vai sendo construída por imposições culturais e sociais que reformula aspectos históricos e linguísticos pela perspectiva dos colonizadores.

Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras egbon, referente ao irmão mais velho, e aburo para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; do gênero, não é rígido ou estático. Iyawo, registrada como esposa, em Inglês refere-se a fêmeas que entram na família pelo casamento. A distinção entre oko e iyawo não é de gênero, mas uma distinção entre aqueles que são membros de nascimento da família e os que entram pelo casamento. Na sociedade em geral, mesmo na categoria de iyawo inclui homens e mulheres, em que os devotos dos Orixás (divindades) são chamados iyawo Orisa. Assim, os relacionamentos são fluidos, e papéis sociais, situacionais, continuamente situando indivíduos em papéis modificativos, hierárquicos e não hierárquicos, contextuais que são. (OYÉWÚMÍ, 2004, pag.6)

Os apontamentos culturais e linguísticos da citação são importantes aqui, porque trazem a relação social e cotidiana também ligadas aos aspectos religiosos, ambos percebidos e formulados na linguagem através da tradição e ancestralidade. Dessa forma a construção do espaço-tempo, das relações básicas às sagradas, constroem hierarquias de poder dentro de um sistema coletivo, social ou familiar, a partir da idade e não do gênero. Para a cultura ocidental de família nuclear essas relações são de difícil



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

entendimento. Pois a família nuclear determina papéis e valores sociais, tanto da vida privada como coletiva.

O fato de que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais. (OYĚWÙMÍ, 2004, pag.8)

O recorte de gênero é uma das construções sociais que se estruturam a partir do ocidente e que ao serem contrapostas com os valores pré-coloniais das sociedades afro-ameríndias, não se sustenta dentro dessa perspectiva decolonial. Alguns valores, nomes, conceitos, só se aplicam ao ocidente ou sua violenta maneira de ocidentalização do pensamento.

Da mesma forma que a ideia de uma 'filosofia' separada de uma cosmovisão, prática, atribuída ao cotidiano e ao sagrado e a separação do humano, da natureza e do divino. A ciência fragmentada (cartesiana), dualista e materialista, é uma dinâmica ocidental do conhecimento e não é a única, ou a correta. Ela se torna científica apenas porque determina sua hegemonia eurocêntrica a partir dos processos de modernidade, da Colonialidade de poder e do imperialismo. Assim a ciência afrocentrada não fragmenta, é complexa, empírica e metafísica, atribuindo valores, axiomas não-dualistas.

A transmissão e produção de conhecimentos nas tradições pré-coloniais africanas, esta ligado são processo de formação humana dos sujeitos de uma sociedade estruturada para a relação tempo-espaco-espirito. Dessa forma a formação do conhecimento não tinha objetivos pragmáticos de definição de condições de posse ou divisão, e sim da necessidade de formar membros para uma sociedade integral. Assim o estímulo à



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

constante reflexão sobre as relações, com a família, com a comunidade, com o planeta, consigo mesmo são parâmetros para construir-se enquanto humano que sabe.

Esse humano que sabe, tem sua visão de mundo ampliada por valores éticos que se sustentam em valores sociais e ancestrais. Já que compreende o valor da sua existência a partir da ancestralidade que o precede, e da Natureza que permite seus desdobramentos. Desta forma toda prática de conhecimento adquirido advém da sua noção de natureza e seus ciclos, vida-morte, manifestação, preservação e destruição. O humano e natureza não são distintos.

O meio ambiente e o corpo são compreendidos como lugares sagrados, expressão materializada do Divino. Assim a matriz cultural africana, traz uma noção de corpo físico que manifesta o sagrado em seu movimento, pois nunca foi separado por um pecado original. E uma natureza que em seus mecanismos, manifesta o divino podendo também ter relação personificada com o humano, já que este faz parte do sagrado, no micro e no macro.

Desta forma o que constituiu um Ser humano tem relação direta de criação e manifestação do Ser Divino, em seu aspecto corpo, mente e espírito.

Uma pessoa é compreendida como sendo seu ou sua ara (corpo), e mi (mente/alma) e ori (“cabeça interior”). Diferente de ara, que é física, quanto e mi quanto ori são mentais (ou espirituais). Esta dicotomia pode nos induzir a pensar a visão africana como dualista. Mas seria um erro pensar assim, já que o ori é ontologicamente concebido independente dos outros dois elementos. Portanto, a visão africana é propriamente pensada como triádica. É filosoficamente interessante que uma pessoa seja a criação de diferentes divindades. Ara, o corpo, é construído por Orisa-nla, a arqui divindade. Olodumare (Deus ou “Divindade Suprema”) gera o emi; enquanto outra divindade, Ajala, é responsável por criar o ori. Ara, é entidade corporal da cabeça ao pé, incluindo os órgãos internos e externos, e se torna consciente com o em que, separada desta capacidade de dar vida, é compreendida como imortal e transmigratória. A cabeça interior ou metafísica, ori, a





SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

outra entidade não-corpórea, é o portador do destino e, portanto, constitutivo da personalidade. (ADEOFE, 2004, pag. 1-2)

É nesse Ser divino, humano e natureza, manifestado e invisível, que o Axé se movimenta como elemento vital, fundamental de transformação e permanência, na cosmovisão lorubá, Nagôe também para os povos Banto. De princípios cósmicos e planetários (orixás) o axé se cria, se unde, difunde entre os elementos além do tempo-espaço. A existência se dá no Axé e pelo Axé.

Porém o conceito metafísico reconhece a canalização de energia abundante, em força direcionada para a criação e manifestação de todas as coisas. Com isso o conhecimento, nessa perspectiva, passa pela transmissão do Axé, articulada à ancestralidade, pela vivência grupal e da oralidade. Esse conhecimento oral, determina uma relação com a ancestralidade, enquanto linhagem, espiritualidade e principalmente memória.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando se busca decolonizar o pensamento, identifica-se que não só no teor do conteúdo, mas também quem o produz determina a assimilação do conhecimento. Digo isso pensando que ao apontar o porquê de não estudarmos teóricos-arquitetos negros, indígenas, africanos, mulheres dentro da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo acentuo o fato de estudarmos quase exclusivamente homens, brancos, euro-ocidentais considerados os grandes arquitetos. Com isso se percebe que não existe democracia racial e sim um contrato racial e diria colonial, dentro de um sistema de educação onde a hegemonia masculina branca passa despercebida, porque é normal.

A crítica decolonial na graduação é de propor uma mudança de perspectiva e discurso, não negando a relevância histórica da arquitetura clássica, mas propondo entender que a arquitetura que estudamos como clássica, não é o princípio da arquitetura e não é universal. Não sendo então o único repertório de Arquitetura Antiga que pode ser estudado de maneira científica. E por isso não deveria ser o nosso único foco na



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

graduação o estudo dos modelos, escolas, teorias e produções exclusivamente eurocêntricas. E que os conhecimentos e saberes sobre arquitetura africanas e afro-diaspóricas e suas cosmo percepções, são referencial teórico e prático para pensarmos construção.

Neste artigo, não esgote toda a potencialidade de Axé, nem trago toda a pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão de curso da UFG “Axétetura, espaços do sagrado a margem, estudo de caso autobiogeográfico do Terreiro Casa de Caridade Luz do Alvorecer”. Neste momento, apresento os questionamentos iniciais que podem ser reflexo para insurgências e desobediências epistêmicas, a partir de si e de seus lugares ancestrais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEOFE, Leke. Identidade pessoal na metafísica africana. Tradução para uso didático de: ADEOFE, Leke. Personal Identity in African Metaphysics. In: BROWN, Lee (ed.) African Philosophy. New and Traditional Perspectives. New York: Oxford UP, 2004, p. 69-86, de Benilson Souza Nunes.

ASANTE, Molefikete. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo Ensaios Filosóficos, Volume XIV– Dezembro/2016

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495.

CARNEIRO, Aparecida Sueli . A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação junto à Área Filosofia da Educação, sob a orientação da Professora Doutora Roseli Fischmann. São Paulo 2005 .

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2000

COSTA e GROSFOGUEL, Joaze Bernardino e Ramóm. Decolonialidade e perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]  
2ª Conferência Internacional África-Brasil:  
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Paper for the Expert Meeting on Gender Related Aspects of Race Discrimination, encontra-se na homepage Women's International Coalition for Economic Justice. publicado traduzido com permissão da autora em Estudos Feministas, 2002.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A, Rio de Janeiro, 1961.

MARTINS, Elcimar Simão et al. (ETNO) CIÊNCIA AFRICANA: UMA EPISTEMOLOGIA A PARTIR DO PENSAMENTO DOS DOGONS. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 71-89, dez. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/774>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. Selo Negro Edições; 1ª edição (1 janeiro 2009)

RODRIGUES, Manoela. **Autobiogeografia como metodologia decolonial**. 2017. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/320212758>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf) acesso> em: 20 fev. 2021.